

A SOCIOTERMINOLOGIA NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA

Enilde Faulstich

Para falar de socioterminologia é preciso, antes de tudo, situar a terminologia no espaço da interação social. No Brasil, por exemplo, a história da terminologia se confunde com a formação da sociedade brasileira por meio da mistura de falares dos habitantes naturais da terra e dos que para cá vieram. Vejam-se, nos dicionários, termos da fauna e da flora, como indicadores da terminologia indígena no português brasileiro, também termos relativos ao sincretismo religioso, à culinária, às credences, à música, entre outros termos populares, com marcas de origem africana, bem como termos emprestados, expressões híbridas e decalcadas. Assim sendo, não é novidade dizer que a diversidade da cultura brasileira aparece refletida na terminologia cotidiana. Por sua vez, desde a história mais remota da formação do léxico brasileiro, os dicionários jamais desprezaram o registro de termos provenientes das linguagens técnicas, pois estes constituem informação necessária, rica e útil, parte integrante da prática lingüística de qualquer comunidade que se desenvolve. Mas, para falar de terminologia em sentido mais estrito, quer dizer, de terminologia como disciplina que sistematiza termos e conceitos, é preciso falar também do discurso de onde provém. Neste caso, executando o linguajar corriqueiro que, como já se disse, apresenta grande quantidade de terminologias usadas no dia-a-dia, é preciso considerar que, pelo menos três discursos estão na base da produção terminológica, isso porque nenhum termo é usado fora da situação discursiva em que é criado. Assim sendo, discursos de diversas naturezas, como o científico, o técnico e o de vulgarização, são a fonte natural de onde emergem os termos usados nas comunicações entre profissionais. Muitos desses termos entram vulgarizados no léxico comum, por meio dos mais diversos recursos, como a metáfora, a elipse, a co-referência, entre outros, sem, por isso, perderem o sentido de base. É este sentido que ativa o senso comum e difunde o conceito original. Um bom exemplo dessa produtividade, no discurso científico, é *embrióide androgenético haplóide*, equivalente a “cultura *in vitro*”, termo corrente no discurso técnico, e “planta de proveta”, termo difundido pelo discurso de vulgarização, todos da área de biotecnologia, especificamente de cultura de tecidos.

A terminologia é uma disciplina de ordem sistêmica que prepara *corpora* especializados para a redação técnica e para a elaboração de dicionários eletrônicos de grande alcance. A grande vantagem dessa natureza sistêmica é que a terminologia internacionaliza léxicos de linguagens de especialidade, pois, num mundo moderno, que se desenha multilíngüe, a comunicação deve ser rápida e eficiente. Nesse sentido, a seleção de uma “forma standard” parece conduzir a terminologia para os princípios monossêmicos preconizados, em tese de doutorado, por Eugen Wüster, em 1931. Para Wüster “denomina-se *variação lingüística* toda perturbação da unidade lingüística”

e, em decorrência, distingue dois tipos de variação lingüística, a monolíngüe e a interlíngua, chamada pelo autor “sinônimos universais”. Essa designação, no entanto, merece crítica, pois é preciso que, à luz de critérios sociais e político-lingüísticos, criem-se regras para a padronização de termos, no cenário lingüístico internacional, sem rejeitar, porém, as variantes nacionais e locais que também são denominações resultantes do uso.

Para falar de variante, é necessário que se dê realce às dimensões da norma. Nos estudos teóricos de terminologia, norma, durante muito tempo, foi usada como um meio regulador da “boa expressão”, no sentido de conduzir o elaborador de dicionários terminológicos para o registro de termos considerados “adequados” numa comunicação especializada eficiente. E, em assim sendo, a variação deveria ser regulada pela normalização terminológica.

Posteriormente sequenciais pesquisas em terminologia e variação mudam o foco da normalização terminológica que passa a ter funções condizentes com os princípios lingüísticos que regem essa normalização. Normalizar terminologias passa, então, a igualar-se à função de harmonizar, num espaço sociocultural e lingüístico, as diversas manifestações de forma que um conceito apresente, afinal a postura prescritivista e, de certa forma, preconceituosa, nasce da vontade de uma única (pseudo-)autoridade lingüística, ao considerar que um termo é melhor do que outro.

Esse tipo de seleção é inconveniente num trabalho de pesquisa lingüística que prevê o desenvolvimento de um planejamento horizontal e vertical para a difusão e sistematização de terminologias.

O conceito de normalização de terminologias coincide com o de harmonização destas no sistema lingüístico em que são criadas ou estão inseridas. É bastante sabido que das bases greco-latinas origina-se um percentual muito grande de termos científicos e técnicos, constituindo o grego e o latim, por isso, o fundo conceptual de denominação do objeto do conhecimento. Por sua vez, o próprio termo normalização se presta a ambigüidades que merecem ser comentadas.

Para Cabré (1), o termo normalização é válido para expressar a ação de reduzir a uma “norma”, distintas possibilidades de concorrência e, mais, a palavra normalização possui, de entrada, dois significados diferentes: um relativo à extensão do uso de língua (se deve à “normalidade” uma língua que se falava em uma situação deteriorada); outro que se refere à fixação da forma de referência considerada mais adequada (se estabelece um tipo designativo).

No dizer de Depecker (2), a normalização tem pelo menos dois sentidos: o de **normalização técnica**, que é a normalização dos objetos industriais cuja intervenção se dá nos procedimentos de fabricação ou de utilização de produtos industriais. São feitas normas, principalmente para assegurar a confiabilidade dos produtos, para permitir sua troca e sua comercialização no mundo. O outro sentido é o de **normalização terminológica**, que se ocupa da descrição de regras de fabricação desses produtos, uma vez que, para ele, é necessário construir terminologias que designem exatamente os objetos em causa. [...] E é preciso que o mesmo termo seja empregado para o mesmo conceito ao longo de toda a norma e de uma norma a outra.

Depecker chama ainda atenção para outro conceito metodologicamente útil, que é o de **harmonizar**. No seu ponto de vista, harmonizar quer dizer

... É NECESSÁRIO QUE SE DÊ REALCE ÀS DIMENSÕES DA NORMA.

pôr em correspondência os termos uns com os outros no seio da mesma língua e entre línguas, gerenciando os usos.

Auger (3), ao tratar da normalização terminológica, observa que o termo normalização serve tanto para designar a fixação de variedades pelas vias da auto-regulação, como para denominar a intervenção de uma organização em ordem para estabelecer a preferência de uma forma em relação a outras. Para ilustrar o caso, tome-se emprestado um verbete, extraído do site do *Grand Dictionnaire Terminologique* (GDT) (4) do Office Québécois de la Langue Française (OQLF):

ÁREA(S): COMÉRCIO

Comercialização

francês: *mercatique* n.f.

termo recomendado pelo Office Québécois de la Langue Française

inglês: *marketing*

Definição: Conjunto de princípios, de técnicas e de métodos com o objetivo de prever, constatar ou estimular as necessidades do mercado em vista de adaptar a produção e a comercialização de bens e de serviços que respondam às necessidades assim determinadas.

Sinônimo(s): marketing n. m.

Nota(s): Em um sentido mais amplo, a noção de « marketing » não se aplica somente ao lançamento de bens materiais no mercado, mas igualmente às atividades bastante diferenciadas que envolvem programas políticos, relacionados à saúde, às causas sociais etc. Distinguem-se, então, tipos de marketing: marketing político, marketing social, marketing da saúde... O emprego de marketing numa expressão adjetiva como técnicas marketing, gestão marketing, por exemplo, deveria ser evitada. Seria preferível substituir marketing pelo adjetivo francês *mercatique*.

O Office da língua francesa, embora admita o emprego do empréstimo marketing, recomenda o uso do termo *mercatique* e de seus derivados (*mercaticien, mercaticienne*). *

Observe-se que, sob a entrada do termo em francês, registram “termo recomendado...” o que nos dá a dimensão de como é feita a normalização pelo OQLF. Tem-se a impressão de estar no meio termo, entre normatização e normalização, uma vez que a recomendação indica que o termo francês é monitorado em função do “bom uso da língua”, na visão do Office.

No OQLF, a normalização de um termo é um processo que segue doze etapas seqüenciais, quais sejam: análise do tema; realização; preparação de um documento preliminar; formação de um comitê; estudo em comitê; correção e revisão; enquete pública; voto; exame de segundo nível; publicação; exame sistemático; estatuto de pós-exame sistemático (5). Destas etapas, elucidem-se algumas tarefas. A terceira, “preparação de um documento preliminar”, corresponde à organização, pelo “normalizador”, de um documento de trabalho preliminar para apresentar aos membros do comitê de normalização, com base na edição já existente de uma norma pronta para revisão, ou em documentos de referência pertinentes. Na quinta etapa – estudo em comitê –, o normalizador inicia a etapa do estudo em comitê, por meio de reuniões de trabalho para obter o consenso dos membros sobre o conteúdo técnico da norma. O normalizador deve, portanto, organizar tais reuniões, preparar os pareceres, as convocações e ordem do dia; participar como secretário e organizador das reuniões, fazer as correções e preparar o projeto de norma de modo que demonstre o consenso, resultante dos membros do comitê de normalização e, por fim, redigir o parecer das reuniões. O

“exame sistemático”, que correspondente à etapa onze, tem por objetivo assegurar, depois de um ciclo de vida de aproximadamente 5 anos, a validade de uma norma para determinar se aquela norma deve ser modificada, revista, re-analisada ou arquivada. O exame sistemático é feito por consulta interna e por consulta ao comitê de normalização e a organismos interessados pela norma. Depois, com os comentários recebidos, o normalizador formula as recomendações ao comitê de orientação do Bureau de Normalisation du Québec (BNQ). O caso evoca Fishman para quem a sistematização de termo para implantação no banco e difusão internacional de terminologias segue um ritual típico de agências de planejamento, destinadas a promover o uso de línguas nacionais para propósitos educacionais, governamentais ou tecnológicos (6).

VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA E NORMA Variação terminológica e norma são dois conceitos que se tenta aqui discutir.

À consideração de que nas linguagens de especialidade (LSP) forma e conteúdo podem variar, na diacronia ou na sincronia, é possível afirmar que nenhum estágio da língua é um bloco homogêneo, embora seja regular. Cada estágio da língua, por sua vez, está limitado por complexos de variedades lingüísticas, as quais se entrecruzam por impulso da linguagem e tendem a apresentar: i) a variação como processo; ii) as variantes como protocolos naturais de evolução; iii) a mudança como produto da alteração nos esquemas comunicativos” (7).

Para a construção dos postulados teóricos que sustentam a teoria da variação em terminologia, propõe-se uma releitura da definição de termo, a fim de que se compreenda melhor por que um termo varia. Assim uma unidade terminológica pode ter ou assumir diferentes valores, de acordo com a função que uma dada variável desempenha nos contextos de ocorrência (7).

E vale lembrar que termos são:

- (i) “signos que encontram sua funcionalidade nas linguagens de especialidade, de acordo com a dinâmica das línguas;
- (ii) entidades variantes, porque fazem parte de situações comunicativas distintas;
- (iii) itens do léxico especializado que passam por evoluções, por isso devem ser analisados no plano sincrônico e no plano diacrônico das línguas” (7).

Um termo será funcional dentro de uma linguagem de especialidade, porque assumirá uma função específica de determinado valor, de acordo com o contexto de uso. Assim sendo, o termo é uma entidade variante porque pode assumir formas diferentes em contextos afins.

Quando os termos tiverem as mesmas condições de uso, serão considerados variantes um do outro. Nesse caso, eles têm formas parcial ou totalmente diferentes para um mesmo significado referencial e estão disponíveis para o uso corrente.

Um *uso normal* tende a normalizar-se no meio da comunidade que o adota; por sua vez, um *uso normativo* resulta da recomendação de uma “autoridade” que prescreve qual deve ser o “bom uso” da língua e na língua e, comumente, tal recomendação aparece registrada nos documentos prescritivos e normativos. Nesse contexto, o termo normalização é ambíguo, porque tanto pode significar o processo de tornar normais os usos lingüísticos, como significar um processo impositivo de “bom uso”. A este último significado cabe mais a expressão *normatização*, que poderia substituir o termo lingüístico *normalização*. Estas idéias podem ser resumidas na seguinte formulação analógica

de proporcionalidade: normal: normalizar :: normativo: normativizar; normalizar: normalização :: normativizar: normativização (7).

O ato de normalizar um termo está mais relacionado ao de padronizar e de uniformizar e, até mesmo, ao de harmonizar do que ao ato de impor uma forma por procedimentos normativos. Por outro lado, a normativização emperra os mecanismos de variação terminológica, uma vez que o valor de uma palavra passa a ser absoluto, do tipo um termo X serve para a comunicação entre especialistas, enquanto um termo Y deve ser rejeitado.

Como produto de variação, as variantes terminológicas formam classes de acordo com sua natureza lingüística. A sistematização dessas variantes é tarefa da socioterminologia, cujo estatuto fica assegurado pela análise da diversidade de termos que ocorrem nos planos vertical, horizontal e temporal da língua. Em outras palavras, a diversidade de uma língua pode se efetuar em pelo menos três planos: i) Toda língua é historicamente diversificada e, dada a mudança lingüística, um estado de língua no tempo 1 é diferente de um estado de língua no tempo 2. ii) Toda língua é socialmente diversificada tanto pela origem geográfica quanto pela origem social dos locutores. iii) Toda língua é estilisticamente diversificada; os locutores vão modificando sua maneira de falar de acordo com as situações sociais em que se encontram (8).

Para que se estabeleçam padrões socioterminológicos existentes na funcionalidade da terminologia das linguagens de especialidade, é preciso, antes de tudo, reconhecer que o estudo da terminologia está em relação direta com o estudo da língua na qual os termos são usados. O funcionalismo lingüístico é a abordagem adequada, porque orienta a interpretação dos fenômenos lingüísticos para si próprios. Essa perspectiva tem como objeto científico descrever e explicar os próprios fenômenos lingüísticos, trabalho a ser feito pelo pesquisador variacionista.

FENÔMENOS LINGÜÍSTICOS VARIÁVEIS Em terminologia, os fenômenos variáveis ocorrem no sistema interno da língua em que estão redigidos os textos de especialidade. Trata-se, portanto, de variação regular intrínseca e não de variação superficial, voltada apenas para o registro do termo. Somente na dimensão vocabular de um corpus textual, de preferência especializado, é possível avaliar o que varia e como as terminologias variam.

Normalmente, na língua comum as variantes se comportam como variáveis dependentes, dentro de um processo de variação, a caminho de concretizar-se como mudança. Nas linguagens de especialidade, a análise é comumente feita de forma inversa. À expressão que já está estabelecida como termo, no discurso científico ou técnico de maior prestígio, é atribuído o maior peso de valor ideológico, resultando como o termo preferido, o recomendado, podendo ser registrado nos dicionários terminológicos. Essa postura concretiza uma visão ultrapassada que ainda prevalece nos estudos de terminologia. Em nossas pesquisas, em textos de áreas científicas e técnicas, as variantes decorrem de uso em contextos discursivos de diferentes níveis, do movimento da língua no percurso histórico, de empréstimos, de usos regionais, entre outras categorias, desde que mantenham o significado implicado.

DA SOCIOTERMINOLOGIA A socioterminologia nasce como uma nova corrente, depois que Boulanger (9) declara, em 1991, no seu artigo “Une lecture socio-culturelle de la terminologie”, que a perspectiva socioterminológica “vem atenuar os efeitos prescritivos exagerados de algumas proposições normativa” (p.25). Mais tarde, em 1993, Auger observa que apa-

rece “uma nova corrente chamada socioterminologia, em reação às escolas hipernormalizadoras desconectadas de situações lingüísticas próprias a cada país; essa corrente busca suas origens no cruzamento da sociologia da linguagem e da harmonização lingüística.” (p. 53). Tanto Boulanger quanto Auger rechaçam o ponto de vista puramente prescritivo em que a terminologia se estruturara.

Mas é Gaudin que, em dezembro de 1993, ao publicar sua tese de doutorado – “Pour une socioterminologie – des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles” (10), discute com mais pertinência a propriedade da terminologia voltada para o social, quando declara que “... a socioterminologia, com o suposto de que deseja ultrapassar os limites de uma terminologia “de escrivão”, deve localizar a gênese dos termos, sua recepção, sua aceitação, mas também as causas do insucesso e as do sucesso, no âmbito das práticas lingüísticas e sociais concretas dos homens que empregam tais termos. Estas práticas são essencialmente aquelas que se exercem nas esferas de atividade. Eis porque a socioterminologia devia reencontrar as reflexões nos laços que se criam entre trabalho e linguagem” (p.216).

Em 1995, a linha de pesquisa léxico e terminologia da UnB, organizou a subárea socioterminologia, sob duas vertentes: i) socioterminologia, como prática do trabalho terminológico, fundamenta-se na análise das condições de circulação do termo no funcionamento da linguagem; ii) socioterminologia, como disciplina descritiva, estuda o termo sob a perspectiva lingüística na interação social. Essa vertente nos possibilitou criar o postulado máximo da socioterminologia, qual seja ter na base da pesquisa a variação lingüística dos termos no meio social e, por consequência, entender a mudança terminológica como mecanismo resultante da pragmática discursiva.

OS CAMINHOS DA SOCIOTERMINOLOGIA Vista como uma abordagem nova e satisfatória para a análise do termo na comunicação científica e técnica, a socioterminologia se desenvolveu desde que os teóricos apresentaram o estatuto da disciplina e forneceram meios para análises consistentes. A socioterminologia é, portanto, um ramo da terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação lingüística e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade. Uma teoria socioterminológica se assenta em princípios e fundamentos que constituem os eixos principais de uma revisão prática e subsidiam as reformulações do que se fazia em anos anteriores. Assim, uma teoria socioterminológica tem como *modus operandi*, numa mesma área de conhecimento, os diferentes níveis de comunicação que dependem das circunstâncias de emissão, das características dos interlocutores, do suporte por meio do qual se dá a comunicação, entre outros. Os especialistas em socioterminologia têm voltado sua atenção para os diferentes discursos especializados, entre os quais se incluem os contextos orais, por entenderem que os termos variam e que as variantes devem ser levadas em conta na elaboração de produtos terminográficos.

Pelas próprias características dos léxicos, as variantes são aparentes, muitas vezes originárias de variações temáticas e nocionais próprias dos setores profissionais. A variabilidade dos diferentes tipos de discursos, fundamentada na necessidade de observar os termos em suas realizações contextuais, está na esteira do fenômeno variacionista.

Às idéias iniciais de Wüster (11), que defendia que a terminologia não deve-

ria acolher ambigüidades, originárias de denominações plurivalentes e múltiplas, como termos homônimos, polissêmicos e sinônimos, Faulstich (12) postula: “o ponto de vista que defendemos é o de que a terminologia está voltada para a observação do uso do termo em contextos de língua oral e de língua escrita, atitude que implica a possibilidade de identificação de variantes dentro de um mesmo contexto ou em diferentes contextos em que o termo é usado”. Assim, a pesquisa socioterminológica deverá considerar que os termos, no meio lingüístico e social, são entidades passíveis de variação e de mudança e que as comunicações entre membros da sociedade são capazes de gerar conceitos interacionais para um mesmo termo ou de gerar termos diferentes para um mesmo conceito (13).

Para reorganizar a tipologia criada para classificar variantes em terminologia, Faulstich (13) categoriza as variantes terminológicas em concorrentes, co-ocorrentes e competitivas; pertencem à categoria das concorrentes as variantes formais, que abrangem duas subcategorias, as variantes formais terminológicas lingüísticas e as variantes formais terminológicas de registro; por sua vez, as variantes lingüísticas se subdividem em fonológicas, morfológicas, gráficas, lexicais e sintáticas. As variantes de registro se subdividem em geográficas, discursivas e temporais. Na categoria das co-ocorrentes, inserem-se os sinônimos, e na de variantes competitivas estão inclusos os empréstimos em relação a formas vernaculares, a um termo híbrido, a um termo decalcado ou mesmo a um outro estrangeirismo propriamente dito. Esta classificação de ordem sistêmica não impossibilita que os tipos apareçam combinados entre si. Assim, por exemplo, um termo pode ser de uso regional e apresentar uma variação no plano fonológico com repercussão na forma gráfica, como macaxera = macaxeira.

Em tese de doutorado, de orientação comunicativa, Freixa (14) interpreta a sinonímia como variação denominativa e aponta causas para essa variação, a saber, causas estilísticas, dialetais, funcionais, sociolingüísticas e causas cognitivas. Entende a autora que os termos variam por estarem ligados a diferentes parâmetros sociais em que se desenvolvem os discursos especializados. Numa síntese que extraímos das conclusões gerais, Freixa situa seu estudo de unidades terminológicas num marco lingüístico variacionista e declara a utilidade e a necessidade de um estudo com esta aproximação. Concluiu que, de um ponto de vista geral, o estudo contextual das unidades terminológicas “é a única via válida de observação desde que o que se pretenda é apreciar (na terminologia) as características reais”. (p. 362) Outros pesquisadores têm aplicado as teorias socioterminológicas a corpora especializados com resultados satisfatórios na categorização dos dados. Um deles é o “traballo de investigación tutelado”, de A. I. Martínez Fernández (15). A pesquisadora aplica, principalmente, o modelo de Faulstich, o de Freixa e outros estudos mais pontuais, a dados da área de “ciências da natureza”, além do que desenvolve uma crítica segundo sua própria interpretação do fenômeno terminológico em galego. E observa que, nas obras terminográficas consultadas, foram detectados:

i) nas compilações terminográficas não se classificam as variantes; ii) há abundante variação gráfica que deve ser regularizada com o estabelecimento de critérios elaborados e difundidos desde as entidades com competências na normalização léxica e terminológica como ILG, RAG e Terminal para fixar os mecanismos de adaptação ao galego de termos clássicos ou

estrangeirismos em questão como o emprego de consoantes ou a acentuação, por exemplo; iii) há abundante variação morfológica que em muitos casos poderia ser regularizada mediante a aplicação de critérios de adaptação de termos greco-latinos às formas morfológicas do galego atual [...]; iv) alternância entre variantes sintáticas expandidas e reduzidas no discurso didático; v) combinação de variantes léxicas nos livros de texto; vi) e emprego das variantes geográficas no nível didático que não deve ser prescrito para contribuir com a identificação do alunado com os veiculados na disciplina de ciências da natureza por ser uma matéria estreitamente vinculada ao contorno circundante. A compilação das variantes dialetais nas obras terminográficas e lexicográficas deveria resolver-se com indicações da sua distribuição geográfica e com orientações verbo da sua pertinência nos diferentes níveis discursivos fazendo explícitos os critérios seguidos na hierarquização das variantes; vii) presença de variantes competitivas tanto sob a forma de empréstimos por importação ou por substituição, como de interações semânticas[...] (15).

Na Universidad del País Vasco, três pesquisadoras – Igone Zabala, Agurtzane Elordui e Mercedes Martín – desenvolvem um estudo descritivo, em textos de diferentes níveis de especialização escritos em língua basca,

da área de engenharia genética, acerca da variação terminológica em contextos sociolingüísticos minoritários: o caso da língua basca, assim justificado: “Este primeiro estudo da variação terminológica em língua basca nos permite perfilar alguns critérios a serem considerados numa atividade terminológica em que a redução da variação assistemática esteja acompanhada da preservação e incentivo da variação funcional do tipo discursivo, desejável para o desenvolvimento da língua” (16).

As autoras analisam “*patrones*” de variação, com base em corpus especializado, sob duas perspectivas, a intratextual em que comparam as variantes de um mesmo texto

para, assim, analisar o uso dos recursos terminológicos e discursivos por um mesmo autor, e a intertextual, em que comparam as variantes entre textos distintos para observar as entidades de variação motivadas pelas diferentes condições discursivas dos textos. E com base na variação denominativa, apresentam uma tipologia, com exemplos encontrados nos dados analisados, de que se apresenta um excerto:

Câmbios gráficos: variantes ortográficas (*ingeniaritza genético / injinerutza genético* “*ingeniería genética*”); [...]

Câmbios morfossintáticos: alternância composto subordinante (nome 1)N1- (nome 2)N2 / composto atributivo N2N1 (*ama-zelula / zelula ama* “*célula madre*”); alternância composto N-N / seqüência sintática do tipo (sintagma preposicionado) SP+N (*zelula-nukleo / zelularen nukleoa* “*núcleo celular*”); alternância composto N-N / seqüência sintática do tipo N+Adj. (*genet erapia / terapia geniko* “*terapia génica*”); alternância composto N-N / derivado (*landare-hobekuntza / fitohobekuntza* “*mejora vegetal / fitomejora*”); alternância N+Adj. / SP+N (*gaixatasun hereditario / herentziazko gaixatasun* “*enfermedad hereditaria*”).

Reduções: da extensão (*izaki bizidunak / izakiak* “*seres (vivos)*”); da base (*izaki bizidunak / bizidunak* “*(seres) vivos*”); [...]

Câmbios léxicos: em duas formas patrimoniais simples (*txertatu / erantsi* “*insertar*”) ou uma forma patrimonial simples e uma complexa (*hari /*

... UM TERMO
PODE SER DE
USO REGIONAL E
APRESENTAR
UMA VARIAÇÃO
NO PLANO
FONOLÓGICO

harizpi “hebra”); entre um empréstimo e uma forma patrimonial complexa (*bektore / garraiatzaile* “vector”; *organismo / bizidun* “organismo”); forma culta / forma patrimonial (*zigoto / obulu ernaldu* “cigoto / óvulo fecundado”); [...]*)

CONSIDERAÇÕES FINAIS A discussão que se apresentou neste artigo relaciona terminologia e socioterminologia à política de língua. Já em trabalho anterior, publicado em 1998, chamou-se atenção para o papel da planificação lingüística, que deve apoiar-se em um projeto lingüístico coletivo e deve resultar de um esforço conjunto para o estabelecimento de uma política lingüística nacional. Nesse âmbito, incluiu-se uma reflexão acerca da normalização terminológica, que é, pela própria natureza, normalização lingüística. Chamou-se atenção para os vieses da normalização, ao considerar que normalização lingüística é diferente de normalização técnica. Esta última é base para a certificação de conformidade, uma vez que tem cunho internacional e é utilizada como fator fundamental para aumentar a confiança do consumidor e do usuário em produtos e serviços que estejam de acordo com os requisitos de empresas, a fim de satisfazerem os padrões de gestão de qualidade adotados pelo mercado. A normalização lingüística, por outro lado, tem de levar em conta a(s) gramática(s) da língua numa relação direta com os usos que fazem dela(s); é, de fato, a língua em funcionamento para os fins de comunicação escrita e oral.

Nessa linha de raciocínio, insere-se a socioterminologia, como disciplina que desenvolve métodos de análise para o termo e para a descrição, segundo as características de variação no contexto social e lingüístico onde ocorre. Gaudin, ao afirmar que “a dimensão social destaca-se, de modo particular, nas preocupações de política lingüística. O estudo da circulação social dos termos, porém, implica igualmente práticas lingüísticas, tal como a que se designa vulgarização. Pa rilha a visão política da terminologia, sem interdição (17).

O que se percebe é que, no Brasil, ainda faltam especialistas, em terminologia, em socioterminologia, em políticas lingüísticas. A interface que a terminologia tem com a tradução, com a documentação e com a informática é um caminho de abertura, mas ainda não suficiente para atender a uma demanda que começa a reclamar a presença de pessoal com formação especializada na área.

Enilde Faulstich é professora adjunta do Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula (LIV), do Instituto de Letras (IL), da Universidade de Brasília (UnB); é coordenadora do Centro de Estudos Lexicais e Terminológicos – Centro Lexterm – do LIV/IL/UnB.

*Trecho traduzido pela autora

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Cabré, M. T. *La terminologia. Teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona, Antártida / Empúries, 1993.
2. Depecker, L. “Terminologie et standardisation”, em *Jornada Panllatina de Terminologia*, Barcelona, Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, p. 31, 1995.
3. Auger, Pierre. “La commission de terminologie de l’Office de la langue française et la normalisation terminologique”. In *Terminogramme*, 26-27, pp. 9-12, 1984.

4. <http://www.granddictionnaire.com>
5. Fonte: BTQ / Bureau de Normalisation du Québec (BNQ) http://www.bnq.qc.ca/fr/norme/processus_norme.html. A tradução e adaptação do texto consultado é de nossa responsabilidade.
6. Fishman, J. A. “A sociologia da linguagem”. In *Sociolingüística* [Fonseca, Maria Stella V. e Neves, Moema F. (orgs)], Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.
7. Faulstich, E. “A função social da terminologia”, *Humanitas*, São Paulo, FFLCH, USP, pp. 167-183, 1999.
8. Vermes, G. e Boutet, J. (orgs). *Multilingüismo*. [trad. C. M. Cruz et alii]. Campinas, Unicamp, 1989.
9. Boulanger, J.-C. “Une lecture socio-culturelle de la terminologie”. *Cahiers de linguistique sociale*. (18). pp. 13-30. 1991.
10. Gaudin, F. *Socioterminologie. Des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen, Université de Rouen, 1993.
11. Cf. Lurquin, G. “In Memoriam Eugen Wüster”. *Le langage et l’homme*. (40), pp. 55-71. 1979.
12. Faulstich, E. “Aspectos de terminologia geral e terminologia variacionista”. In *TradTerm*, 7, p. 11-40, 2001.
13. Faulstich, E. “Variação em terminología. Aspectos de socioterminología”. In *Panorama actual de la terminología*. Granada, Editorial Comares, pp. 65-106, 2002.
14. Freixa, Judit. “La variació terminològica. Anàlisi de la variació denominativa en textos de diferent grau d’especialització de l’ àrea de medi ambient”. Tese de doutorado - 2002. Departament de Filologia Catalana, Universitat de Barcelona; Institut Universitari de Lingüística Aplicada. Edição em CD-ROM. Barcelona 2003.
15. Martínez Fernández, A. I. *Aproximación á variación terminolóxica do galego na didáctica das Ciencias da Natureza. Análise socioterminolóxica*, da Universidade de Santiago de Compostela, em 2004.
16. Zabala, I, A. Elodi, M. Martínez. “La variación terminológica en contextos sociolingüísticos minorizados”: *el caso de la lengua vasca*. In *RITERM*, Barcelona, 2004.
17. Gaudin, F. “La socioterminologie”. In *Langages*, 157, Larousse, pp. 80-92, mars 2005.